

Das reformas pombalinas coimbrenses ao Liceu cearense: institucionalização e circulação da disciplina de Psicologia (1772-1918)

From the Pombaline reforms of Coimbra to the Lyceum' Ceará: Psychology's discipline institutionalization and circulation (1772-1918)

Lindemberg André Saldanha de Sousa

<https://orcid.org/0009-0002-4710-7422>

Paulo Coelho Castelo-Branco¹

<https://orcid.org/0000-0003-4071-3411>

Universidade Federal do Ceará

Brasil

Resumo

Esta pesquisa documental e bibliográfica apresenta uma narrativa histórica sobre os fatores que possibilitaram à institucionalização e circulação da disciplina de Psicologia desde o curso de Filosofia da Universidade de Coimbra, em Portugal, até o Liceu de Fortaleza, no período compreendido entre 1772-1918. Demonstra-se: o processo histórico de institucionalização da disciplina de Psicologia em Portugal; como isso repercutiu na administração de colégios, ginásios e liceus no Brasil oitocentista; a circulação dessas ideias na instrução pública no Ceará e na constituição do seu Liceu, onde a Psicologia deixa de ser uma disciplina auxiliar para se tornar autônoma. A herança jesuítica, as aulas régias e os esforços para a criação de uma estrutura reguladora da educação evidenciam o papel do Liceu na formação de um sistema educacional que possibilitou a circulação institucionalizada da Psicologia em solo cearense, em um período anterior ao primeiro curso brasileiro de Psicologia e a regulamentação da profissão.

Palavras-chave: disciplina; educação; História da Psicologia; pesquisa bibliográfica; psicologia e filosofia.

Abstract

This document and bibliographic research present a historical narrative about the factors that enabled the institutionalization and circulation of the discipline of Psychology from the Philosophy course at the University of Coimbra, in Portugal, to the Fortaleza's Lyceum, in the period between 1772-1918. It demonstrates: the historical institutionalization process of the Psychology discipline in Portugal; how this reverberated in the administration of schools, gyms, and lyceums in Brazilian 19th-century; the circulation of these ideas in public instruction in Ceará and in the constitution of its Lyceum, where Psychology ceases to be an auxiliary discipline to become autonomous. The Jesuit legacy, royal classes, and efforts to create a regulatory structure for

¹ O autor agradece ao CNPq Bolsa Produtividade (processo 304445/2022-3) pelo apoio à pesquisa.



education highlight the role of the Lyceum in the formation of an educational system that enabled the institutionalized circulation of Psychology on Ceará land, in a period prior to the first Brazilian Psychology course and the regulation of the profession.

Keywords: discipline; education; History of Psychology; bibliographical research; psychology and philosophy.

A História da Psicologia é um campo de estudo que se dedica a compreender a origem, evolução e disseminação dos conhecimentos e práticas psicológicas ao longo do tempo. Seu objetivo é contribuir para a (re)construção de significados dentro do corpo de conhecimento da Psicologia contemporânea a partir da análise de suas raízes históricas e culturais, examinando tanto os aspectos internalistas, como teorias psicológicas e suas epistemologias, quanto os aspectos externalistas, como os contextos sociais, culturais e políticos que influenciaram seu desenvolvimento (Wertheimer, 1998).

No campo da História da Psicologia existe um movimento que busca investigar o processo de institucionalização da Psicologia enquanto campo disciplinar em períodos que antecedem ao entendimento da Psicologia enquanto uma ciência moderna (ou científica) e restrita às cercanias germânicas e estadunidenses, respectiva e tradicionalmente situadas desde a fundação dos laboratórios de Psicologia Experimental (Araújo, 2021): na Universidade de Leipzig, por Wilhelm Wundt, em 1879; na Universidade Johns Hopkins, por Stanley Hall, em 1883.

Essa visada histórica possibilita um diálogo com os aspectos sociais, culturais, políticos e institucionais de indivíduos, grupos e saberes definidos como “psicológicos” em acepções formuladas antes a assunção da Psicologia moderna ou científica (Massimi, 2021), em outros contextos geográficos intelectuais e formativos que possibilitaram a institucionalização da Psicologia fora do eixo Alemanha-EUA (Castelo Branco & Cirino, 2018). Busca-se, pois, evidenciar e interpretar as possíveis condições sociais e históricas que permitiram a emergência e a institucionalização da Psicologia como uma disciplina atrelada aos saberes filosóficos e educacionais em uma era pré-Psicologia moderna (Batista, 2021).

Nessa seara, este estudo tem como objetivo apresentar uma narrativa histórica sobre os fatores que possibilitaram à institucionalização e circulação da disciplina de Psicologia desde o curso de Filosofia da Universidade de Coimbra, em Portugal, até o Liceu de Fortaleza, no Ceará (Brasil), entre 1772 e 1918.

A *institucionalização* é entendida como o processo pelo qual uma prática, ideia ou conceito se torna parte integrante de uma estrutura organizacional ou sistema social. Trata-se de um processo envolvendo a criação de normas e regras que estruturam e estabilizam as interações, conferindo legitimidade e

permanência a essas práticas no contexto social. Ao longo do tempo, esses padrões são incorporados ao tecido social e passam a ser percebidos como uma realidade objetiva e externa, independente dos indivíduos que os originaram (Berger & Luckmann, 1966/ 2014).

A Psicologia, em seu processo de institucionalização enquanto disciplina autônoma, separou-se progressivamente da Filosofia e Medicina, embora mantivesse um vínculo inicial com ambas, nos séculos XVII e XVIII. O termo *disciplina* refere-se aqui não só ao ensino formal, mas à criação de uma tradição de saber que reúne alunos em torno de professores e práticas específicas (Gundlach, 2012). Para a consolidação da Psicologia pré-moderna, foi necessário que ela se singularizasse e se relacionasse com o conhecimento aristotélico-tomista, dominante no sistema universitário europeu e presente na educação brasileira no século XIX (Batista, 2021). A institucionalização desse modelo viabilizou a *circulação* do ensino da Psicologia entre universidades portuguesas e brasileiras, refletindo um processo de transferência/migração de práticas educacionais (Massimi, 2021).

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória e descritiva em que se utilizou e fundiu os métodos de: (1) pesquisa documental como estratégia de investigação histórica afim de obter pistas sobre a institucionalização da disciplina de Psicologia nas primeiras instituições de ensino no Ceará (Jacó-Vilela et al., 2016; Sá-Silva et al., 2009); (2) pesquisa bibliográfica para organizar técnicas de leituras seletiva, reflexiva e interpretativa sobre os textos que ajudaram a entender os contextos históricos dos documentos obtidos (Lima & Mito, 2007).

É importante ressaltar os desafios inerentes à condução de uma pesquisa documental, especialmente quando não há estudos prévios de referência que orientem os caminhos de investigação. O principal obstáculo enfrentado consistiu em identificar possíveis fontes arquivísticas depositárias de fontes primárias relevantes (Sá-Silva et al., 2009). Fez-se necessário acessar inúmeros acervos e bases de dados, em busca de pistas capazes de oferecer *insights* sobre a trajetória da Psicologia no Ceará, sobretudo no recorte temporal circunscrito à instituição do Liceu cearense em meados dos anos oitocentos do século passado. Este processo demandou, por si só, extensa pesquisa e seleção criteriosas, visando encontrar os recursos mais pertinentes para a análise documental proposta.

Assim, a presente pesquisa seguiu as seguintes etapas: identificação e organização de um acervo documental; aplicação de técnicas de leituras de modo a buscar e lapidar informações relacionadas a disciplinarização da Psicologia no

material organizado; elaboração de construtos históricos que expressam o contexto de institucionalização da disciplina de Psicologia.

A organização do acervo para esta pesquisa tomou por referência dois critérios essenciais: disponibilidade de acesso; confiabilidade dos órgãos responsáveis por sua guarda e publicização, sejam eles universidades, órgãos governamentais ou fundações. O acervo de documentos primários foi organizado conforme apresentado a seguir: a) *Prelecções Filosóficas* – Compêndio de Filosofia de autoria de Silvestre Pinheiro Ferreira (1813); b) Lei de 15 de julho de 1844, que cria o Liceu do Ceará (1862); c) *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra* pelo Marquês de Pombal e Junta de Providência Literária (1771/2008); d) *Curso Elementar de Filosofia* – Compêndio de Filosofia de Eustaque Barbe (1871); e) *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* – Compêndio de Filosofia escrito por José Soriano de Souza (1871); f) *Estatutos da Universidade de Coimbra* - Regimento Institucional elaborado pela Junta da Providência Literária (1772); g) Anuário Estatístico do Ceará de 1917 apresentando o Relatório da Instrução Pública referente ao ano de 1916, elaborado por G. de Souza Pinto (1917), publicado em Fortaleza; h) Anuário Estatístico do Ceará de 1919 apresentando o Relatório da Instrução Pública do Ceará referente ao ano de 1918, elaborado por G. de Souza Pinto (1919) em Fortaleza; e, i) *O Liceu em cem anos* por Hugo Vitor (1945).

Esses documentos oferecem uma visão histórica abrangente sobre o desenvolvimento das disciplinas de Filosofia e Psicologia, regulamentos educacionais e práticas pedagógicas no contexto da educação cearense ao longo do período.

Compilou-se, ainda, um conjunto de documentos bibliográficos secundários (capítulos, livros, artigos, dissertações e teses) para ajudar a compreender o contexto dos documentos primários anteriormente tabulados (Castelo, 1970; Carvalho, 1986; Massimi, 1993; Férrer, 2000; Castanha, 2007; Nunes, 2013; Meirelles, 2015; Teixeira, 2018).

Sobre os documentos organizados, foi empregada a técnica de leitura seletiva (Lima & Miotto, 2007) que objetivou mapear e recortar informações pertinentes aos interesses da pesquisa, descartando os trechos textuais considerados não relevantes ao tema. Para selecionar as informações os documentos foram explorados com atenção aos seguintes descritores: *Disciplina; Liceu; Lycêo; Psicologia; Psychologia; Psi; Psy; Ceará; Coimbra*. Em seguida, foi feita uma leitura reflexiva de modo a sumarizar as informações selecionadas e entendê-las de acordo com a inteligência, proposição e terminologia dos seus autores (Lima & Miotto, 2007).

A partir das leituras anteriores, avançou-se para uma leitura interpretativa (Lima & Miotto, 2007) que inter-relacionou os conteúdos apreendidos dos textos refletidos conforme os propósitos desta pesquisa e bibliografias secundárias que

complementaram a leitura reflexiva sobre os documentos primários, no sentido de (re)criar os aspectos contextuais e históricos da instituição da disciplina de Psicologia no sistema educacional português e sua recepção no Brasil e estabelecimento no Liceu cearense. A organização narrativa que expressa essa interpretação está apresentada a seguir, em termos de resultados e discussão.

Resultados e Discussão

A Revolução Educacional Pombalina em Portugal

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi primeiro-ministro do rei José I, e um dos principais representantes do despotismo esclarecido em Portugal, um modelo de governança amplamente reproduzido na Europa do século XVIII. Sob o governo do Marquês de Pombal, Portugal, inspirando-se nos ideais iluministas e no modelo inglês, promoveu uma série de reformas para fortalecer o poder estatal e modernizar a economia, incluindo a reforma educacional. Para tanto, por meio do alvará de 12 de janeiro de 1759, rompeu relações com a Companhia de Jesus, responsável pela educação em Portugal, considerada, naquele momento, inadequada para as necessidades do Estado moderno.

Como forma de suprir o vácuo deixado pelos jesuítas, Pombal promoveu, por meio de um novo alvará em 28 de junho daquele ano, uma reforma geral da educação em que foram instituídas, as *Aulas Régias*, disciplinas avulsas que funcionavam de forma independente. Essas *Aulas* se constituíram, portanto, como uma primeira alternativa ao sistema jesuíta. Diferente do antigo modelo, os professores passaram a ser selecionados diretamente pelo governo, por meio de concursos públicos, permitindo um maior controle estatal sobre o ensino (Férrer, 1998; Cardoso, 2002). Esta novidade representou a transferência das atividades relacionadas ao estudo das humanidades, e sua supervisão, para o controle do Estado, promovendo, assim, o advento do ensino público oficial, muito embora, como observa Carvalho (1986), os professores acabassem, em boa medida, consistindo em ex-alunos dos próprios colégios jesuíticos.

A reforma educacional pombalina trouxe um grande diferencial ao modelo anterior, desde a introdução da Filosofia moderna e das ciências naturais ao sistema educacional português, rompendo com o tradicional modelo aristotélico-tomista e adaptando o currículo às novas correntes científicas e filosóficas da época. O alvará de junho de 1759 incorporou disciplinas como Gramática Latina, Grego e Retórica nos Estudos Menores, destacando-se o ensino da língua nacional. Nos anos 1770, foram incluídos Economia Política, Desenho, Línguas Modernas, e Filosofia Moral e Racional, ampliando significativamente o escopo do currículo. As reformas também influenciaram os Estudos Maiores e Superiores,

especialmente com a atualização dos estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 (Carvalho, 1986).

A Universidade de Coimbra, fundada em 1290 por D. Diniz e transferida para Coimbra em 1537, tornou-se, a partir de sua fundação, o principal equipamento de formação da elite portuguesa, tanto na metrópole quanto nas colônias. Sob a administração dos jesuítas desde 1565, a instituição passou por uma grande reforma de seus estatutos em 1772, conduzida no contexto das reformas pombalinas (Nunes, 2013).

Em 1771, a pedido de Pombal, a *Junta de Providência Literária* elaborou e apresentou ao rei um relatório, por meio da *Real Mesa Censória*, com o objetivo de fornecer ao monarca português uma visão sobre o legado deixado pelos jesuítas e os problemas existentes na educação, especialmente no ensino superior. Fruto disso, o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* seria o documento que embasaria no ano seguinte, os novos estatutos da universidade (Férrer, 2000; Pombal & Junta de Providência Literária, 1771/2008).

Segundo os Reformadores, a estagnação das universidades em Portugal era oriunda da tradição escolástica jesuítica, tendo por base a fusão de ideias aristotélicas com a teologia tomista (Falcon, 1982). O *Compêndio Histórico* criticou essa abordagem e recomendou a adoção de um método sintético-demonstrativo nos novos Estatutos (Nunes, 2013). A universidade deveria, a partir de então, contribuir para o avanço do Estado, formando cidadãos "úteis" para a sociedade e o governo, alinhada ao despotismo esclarecido português. Com isso, uma série ações foram promovidas a partir dos novos estatutos: a reestruturação da Faculdade de Medicina; o estabelecimento de duas novas faculdades Maiores: a de Filosofia Natural (incluindo Física Experimental, Química e História Natural) e a de Matemática.

Neste período, como observa Carvalho (1986) para "todas as matérias em que tinham cabimento a observação e a experimentação, foram criados os meios necessários para poderem ser estudadas segundo os métodos então modernos" (p. 466). Deste modo, foram criados laboratórios para aulas práticas e importantes equipamentos: para a Medicina, o Hospital Escolar, o Teatro Anatômico e o Dispensário Farmacêutico; para a Matemática o Observatório Astronômico; para a Filosofia, o Gabinete de História Natural, o Horto Botânico, o Gabinete de Física Experimental e o *Laboratório Chimico* (onde José Bonifácio de Andrada e Silva [1763-1838], também professor titular da primeira cadeira de *Máquinas* ensinada na Universidade de Coimbra, viria a ser diretor). Como podemos observar, as Reformas conferiram grande destaque ao ensino científico, dando corpo à prática experimental (Carvalho, 1986).

As mudanças promovidas pela reforma de 1772 buscaram a secularização e modernização do ensino superior, introduzindo um conhecimento mais técnico e

crítico, alinhado aos ideais do Iluminismo europeu. A partir de então, as universidades assumiriam um duplo propósito: preparar os alunos para suas respectivas profissões e avançar os conhecimentos práticos nas ciências, destacando a crescente valorização da Filosofia Natural em detrimento do ensino religioso, embora este último ainda tivesse seu espaço garantido com a manutenção dos cursos de Teologia (Teixeira, 2018).

Atenta-se para o fato de que além da presença marcante do paulista José Bonifácio na Universidade de Coimbra, o Reitor responsável pela implementação das Reformas tenha sido um carioca, D. Francisco Lemos (Nunes, 2013). Deste modo, o vetor de influência Portugal-Brasil pode ser pensado, também, em um sentido Brasil-Portugal, sem a pretensão de determinar aqui a predominância de um sobre outro, mas apenas o reconhecimento da sua interligação recíproca.

O curso de Filosofia da Universidade de Coimbra e a disciplinarização da Psicologia em Portugal

Os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (Junta da Providência Literária, 1772) foram organizados e distribuídos em três livros: o primeiro livro correspondendo ao curso teológico, o segundo livro correspondendo ao curso de Direito e o Livro Terceiro, que se divide em três partes: o Curso Médico (primeira parte), o Curso Matemático (segunda parte) e o Curso *Das Sciencias Naturaes e Filosoficas* (terceira e última parte). Interessam-nos aqui tratar especificamente do livro 3, o curso de Filosofia criado em substituição à antiga Faculdade das Artes. Sua importância pode ser dimensionada a partir do seguinte trecho, na abertura do Livro III dos *Estatutos*:

Por uma parte é manifesto, que os mesmos Estudos Teológicos, e Jurídicos não podem florescer na Universidade, sem que as Ciências Filosóficas se cultivem com o maior cuidado, sendo as que subministram os princípios da Teologia Natural, e da Moral, que são os preliminares necessários a quem houver de estudar frutuosa e a Teologia Revelada; e os princípios do Direito Natural, que são o melhor comentário da Jurisprudência Positiva, a qual deve grande parte das suas Leis à Filosofia (Junta de Providência Literária, 1772, p. 1).

A Filosofia é apresentada nos *Estatutos* como “Ciência Geral do homem”, que “abraça, e compreende todos os conhecimentos, que a luz da Razão tem alcançado e há de alcançar em Deus, no Homem e na Natureza” (Junta da Providência Literária, 1772, p. 02). De acordo com o documento, o curso de Filosofia Natural se destinava a formar três profissões distintas: a de Médicos, “compreendendo todas as ciências, que pertencem à Filosofia do corpo humano são, e enfermo”; a de Matemáticos, estando compreendidas na matemática

todas as ciências, que tratam da quantidade em geral e particular, servindo de fundamento para o curso de Física “que fora de um curso profundo de matemática se não pode estudar, nem entender” e a profissão de Naturalista (Junta da Providência Literária, 1772, p. 4).

É importante destacar, a título de exemplo, os conteúdos preparatórios para o ingresso no Curso Médico os quais incluíam: Língua Latina, “*para que entendam e escrevam correta e desembaraçadamente*”; Língua Grega, para que se lessem os originais dos autores clássicos da área e; as principais línguas modernas da Europa, inglesa e francesa, compreendidas como responsáveis pelos maiores avanços na área no período. Além destes, compunham os preparatórios os Estudos Filosóficos e Matemáticos, imprescindíveis para a compreensão da física do corpo humano, divididos em 3 anos de Física e Matemática e um ano de Lógica e Moral (Junta de Providência Literária, 1772, p. 09). Tem-se aqui um avanço importante no processo de institucionalização da Filosofia moderna, haja vista sua vinculação direta como pré-requisito para o acesso aos Estudos Superiores.

O Curso de Filosofia, por sua vez, dividia-se em três grandes partes: a Filosofia Moral, Filosofia Natural e Filosofia Racional. A disciplina de Filosofia Moral abrangia o conteúdo relacionado à Ética. A Filosofia Natural compreendia o equivalente ao estudo das ciências (todos os conhecimentos gerados pela observação e a experiência), com exceção dos conteúdos relativos aos campos médicos (relativos à física do corpo humano) e ao campo matemático (sobre quantidades). Por fim, há o programa da Filosofia Racional, objeto de interesse maior neste momento, subdividido em 3 partes onde estavam incluídas: a Lógica (responsável por guiar todas as operações ligadas entendimento); a Ontologia (que estabelecia os princípios fundamentais de todas as ciências) que, junto com a Pneumatologia (equivalente a uma ciência do espírito), formava a Metafísica. A Pneumatologia estava subdividida em Teologia Natural e *Psychologia* (Junta de Providência Literária, 1772, p. 229). A Figura 1, exposta em seguida, organiza esse programa.

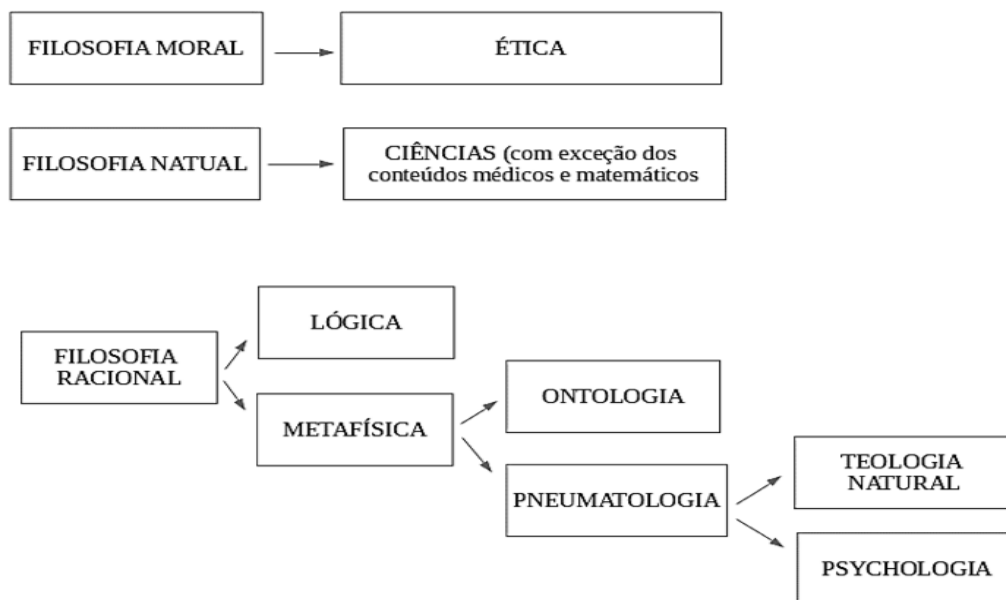
O desenvolvimento do curso se dava da seguinte forma: no estudo da Filosofia Racional, terminada a parte de Lógica, se passava ao estudo da Metafísica, onde se trabalhavam “*os princípios ideais das coisas e da natureza dos espíritos*”. Após a primeira parte da Metafísica, trabalhada pela Ontologia, se seguia a segunda, Pneumatologia, onde a *Psychologia* era a responsável pelo estudo da “Natureza Espiritual”. A Psicologia, segundo os Estatutos, era considerada “*ciência de tanta importância quanto é o conhecer-se o homem a si mesmo*” (Junta da Providência Literária, 1772, p. 137-238).

Somente após o estudo da Psicologia se davam os estudos da Teologia Natural, onde se ensinavam verdades que “*pelo lume da razão podemos alcançar em Deus*” e a Teologia Revelada onde se “*mostrará com toda a força e clareza da*

razão, a existência de Deus” (Junta da Providência Literária, 1772, p. 238). Findos os conteúdos da Filosofia Racional, iniciavam-se os estudos da Filosofia Moral, destinados a tratar os temas da Liberdade, da Felicidade, do Bem e do Mal, das inclinações da Vontade e da Virtude.

Figura 1.

Quadro esquemático do Curso de Filosofia da Universidade de Coimbra conforme a Reforma de 1772



Fonte: elaborado pelos autores com base nos Estatutos da Universidade de Coimbra (Junta da Providência Literária, 1772).

Considera-se que a reforma de 1772 nos estatutos da Universidade de Coimbra foi um marco fundamental para a história das ideias psicológicas, ao incorporar a disciplina de Psicologia no curso de Filosofia da universidade, estabelecendo um marco para sua disciplinarização em Portugal. A inclusão específica da mencionada disciplina no currículo fortaleceu seu papel acadêmico e institucional, influenciando o pensamento filosófico e os currículos das instituições de ensino no Brasil. Desde então, a Psicologia, como componente curricular, tornou-se um pilar da formação filosófica universitária, consolidando-a como parte essencial da formação superior portuguesa a partir do século XVIII, ainda que mantida como uma área específica dentro da Filosofia.

O modelo formativo estabelecido em Portugal logo será introduzido no Brasil, seja por meio de brasileiros que retornam ao país com conhecimentos filosóficos e psicológicos adquiridos na Metrópole, seja pela adaptação dos currículos de filosofia no Brasil. Esse modelo influenciará diretamente o ensino de filosofia e psicologia nas instituições brasileiras em uma base alinhada com as reformas e avanços portugueses.

As Reformas de Coimbra como fonte das ideias psicológicas no Brasil oitocentista

Com o estabelecimento da corte portuguesa na colônia brasileira a partir de 1808, iniciou-se um intenso movimento de transformação estrutural, necessário para a instalação da sede administrativa do Reino. Esse processo catalisou esforços para corrigir as inúmeras deficiências existentes, impulsionando uma série de reformas com vistas à reestruturação da administração colonial. Observou-se a construção de estradas, portos e edifícios públicos, promovendo o desenvolvimento urbano e a ordenação das cidades. Na administração pública, o estabelecimento do Rio de Janeiro como sede do império centralizou o poder exigindo uma modernização administrativa. Isso levou à criação de novos órgãos governamentais e à implementação de políticas destinadas a melhorar a gestão do país. Esses incrementos marcaram um período de intensa reconfiguração institucional e territorial, sendo fundamentais para transformar o conjunto administrativo e urbano do Brasil (Meirelles, 2015).

Neste contexto, é possível observar uma conexão clara entre as reformas pombalinas e a nova dinâmica administrativa do Brasil como sede do reino português. Com a corte instalada, foram criados os primeiros cursos superiores e faculdades na colônia, como a Faculdade de Medicina da Bahia e o curso de Engenharia no Rio de Janeiro, junto à Academia Militar. A estrutura curricular das Reformas de 1772 foi então introduzida, impactando o ensino da Filosofia tanto nos Cursos Maiores quanto nos Menores e nas Humanidades. A partir de então nas faculdades do Império, as disciplinas filosóficas, como lógica e ontologia, tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento da disciplina de Psicologia como um campo de estudo no país, ainda que vinculada à Filosofia. O modelo europeu também influenciou colégios, ginásios e liceus, que incluíram a Filosofia em seus currículos, fomentando discussões sobre ideias psicológicas e facilitando a sua circulação no país ao longo do século XIX (Carvalho, 1986).

As reformas impulsionaram a presença da Psicologia nos currículos filosóficos, onde passou a integrar regularmente programas, cursos, disciplinas e compêndios de Filosofia no Brasil. Vejamos o caso, por exemplo, do primeiro livro de filosofia publicado em terras brasileiras, *Prelecções Philosophicas*, de Silvestre Pinheiro Ferreira, de 1813. Já em sua primeira preleção, o autor apresenta dentre os “*assumptos*” trabalhados, o tópico: *O que he Psychologia?*, onde vemos assim descrito:

21. *Eu disse que há fatos comuns a todas as Ciências, e que estes são do alcance da Filosofia. Isto me conduz a observar que as Ciências ou tem por objeto as faculdades do Espírito, ou as propriedades dos Corpos;*

22. *Todas as que se compreendem na primeira destas duas classes, fazem parte da Filosofia, em razão do estreito vínculo, que as une, e torna inseparáveis umas das outras: e, portanto, constituem um Corpo indivisível de Ciência a que se tem dado o nome de Psychologia.*

23. *Quando tratarmos das diferentes faculdades do Espírito, veremos que todas elas se reduzem a pensar ou a desejar: e que, tanto uma como outra coisa, nada mais são do que diferentes modos de sentir. A Teoria das sensações abrange, por conseguinte todas as doutrinas que tem por objeto as faculdades do Espírito,*

24. *O bom, o justo, o agradável, e o belo, são os objetos dos nossos desejos: e por isso aquela parte da Psychologia, que trata destas faculdades do Espírito se divide em Teórica da Virtude ou Diceósyna²: e em Teórica do bom Gosto ou Estética (Ferreira, 1813, p.08, itálicos do autor).*

De acordo com Massimi (1993), as *Prelecções Philoiosophicas* de Silvestre Pinheiro Ferreira foram redigidas como texto-base para um curso que ele ministrou aos alunos do Seminário de São José (futuro *Imperial Collegio Pedro II*), no Rio de Janeiro, entre 1813 e 1816. Inicialmente publicadas como fascículos autônomos, essas preleções constituem um roteiro esquemático do curso e abrangem diversos tópicos de Psicologia, especialmente na última parte da obra, manifestando uma abordagem ainda inspirada no pensamento aristotélico-tomista. Posteriormente, o conteúdo dessas preleções foi compilado e publicado pelo autor em Paris, em 1839, sob o título "*Noções Elementares de Philosophia, Geral e Aplicada às Sciencias Moraes e Políticas, Ontologia, Psychologia e Ideologia*".

A síntese preliminar da obra de Silvestre Ferreira mostra que o estudo da institucionalização e disciplinarização da Psicologia no Brasil do século XIX exige uma investigação cuidadosa, dentre outras fontes, dos compêndios de Filosofia adotados no país tais como o *Curso Elementar de Philosophia Para Uso das Escolas*, de Eustaque Barbe (1871) ou as *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*, de José Soriano de Souza (1871) obras amplamente difundidas na educação formal brasileira dos oitocentos e portadoras de valiosos conteúdos referentes ao estudo das ideias psicológicas do período.

A análise desses compêndios, usados amplamente em diferentes níveis de ensino, desde cursos menores até os superiores, permite compreender como os saberes psicológicos foram difundidos e debatidos ao longo do século XIX, tanto na Europa quanto no Brasil, seja em contexto nacional seja em local.

A Instrução Pública no Ceará do Século XIX

² Ressalta-se que, na época do trecho citado, "diceosyna" era uma grafia alternativa para "dikaiosýne" (δικαιοσύνη), palavra grega que significa justiça ou equidade. No contexto da obra de Ferreira (1813), "diceosyna" indica, portanto, o estudo ou a filosofia da justiça e da equidade.

Com o início do período imperial e após a fundação das primeiras faculdades, se estabeleceu no Brasil o debate sobre a organização de uma estrutura educacional mais abrangente, o que levou à criação dos primeiros estabelecimentos oficiais de ensino secundário. Esse movimento ocorreu principalmente durante o período Regencial (1831-1840) e o Segundo Império (1840-1889). Na visão de Castanha (2007), a promoção da instrução popular estava embasada nos princípios liberais que sustentavam o novo regime político, sendo diretamente influenciada pelo movimento pela independência.

A partir de então, o governo brasileiro começou a legislar para organizar e promover a educação em todo o país. A primeira Constituição do Brasil independente, promulgada em 1824, estabeleceu a instrução primária gratuita para todos os cidadãos e a descentralização das questões educacionais para as províncias. Este movimento, embora ainda não tenha estabelecido um sistema formal coeso, permitiu a criação de importantes instituições de ensino brasileiras (Carvalho, 1986). São frutos desse processo: o Ginásio Pernambucano (o mais antigo do Brasil em atividade), criado em 1825; o Ateneu Norte-Riograndense datado de 1834; o Liceu Paraibano de 1836; o Liceu Provincial da Bahia de 1837; o Liceu do Ceará, 1845; o Liceu Provincial das Alagoas, de 1849 e a principal instituição secundária do período pré-republicano Brasileiro, o *Imperial Collegio Pedro II*, criada no Rio de Janeiro em 1837.

Com o estabelecimento dos liceus, essas instituições passaram a supervisionar e controlar as chamadas Aulas Avulsas. As chamadas Aulas Públicas, também conhecidas como Aulas Avulsas ou simplesmente Aulas, eram uma nomenclatura derivada das Aulas Régias da Reforma Pombalina, estando intimamente ligadas ao conceito de "Cadeira". Quando o governo criava uma Cadeira, automaticamente estabelecia uma Aula, concedendo o direito a um professor de ministrar o ensino da matéria especificada. O professor nomeado por força de lei pelo governo central, recebia o privilégio de poder lecionar na sua própria residência, o que, por ser um espaço privado, tornava o controle estatal mais desafiador (Carvalho, 1986).

Além da supervisão dessas Aulas, os diretores dos liceus assumiram o papel de diretores de instrução pública, fortalecendo a importância dessas instituições na organização do sistema educacional provincial. Todo esse processo como fica bastante evidente na Lei de criação do Liceu do Ceará em 1844: "(...) todas as aulas da província ficam sujeitas à inspeção do Liceu, que para melhor execução desta lei, terá em todos os pontos da província diretores de aulas de sua nomeação e aprovação do governo" (Ceará, 1862, p. 62).

O Liceu do Ceará

A fundação do *Lycêo do Ceará* ocorreu sob a presidência de José Maria da Silva Bittencourt, por meio da promulgação do Decreto 299 e da Lei nº 304, em 15 de julho de 1844, ação que já vinha sendo discutida na província há décadas. A proposta de criação do Liceu do Ceará, apresentada à Assembleia Provincial em 1827, revela uma conexão interessante com a atuação jesuítica na região. Considerou-se o uso do antigo edifício dos jesuítas na Vila Viçosa (por vezes chamado de Hospício de Baturité) para abrigar o Liceu, embora essa ideia não tenha sido concretizada de fato. Contudo, foi este o projeto que determinou a criação das primeiras Cadeiras Avulsas de Filosofia Racional e Moral no Ceará em 1831, além de Cadeiras de Retórica, Geometria e Francês (Castelo, 1970).

Deste modo, tem-se o Liceu como a primeira instituição formal responsável pelo ensino de filosofia no Ceará o que torna essa instituição essencial para entender o processo de institucionalização da Psicologia em termos locais, dada a forte conexão entre Filosofia, Psicologia e sistemas educacionais. O destaque dado ao estudo da Filosofia no Liceu do Ceará é evidente já no artigo primeiro de sua lei de criação, que estabelece: "Art. 1 - *Fica creado nessa capital um lycêo, que se comporá das cadeiras seguintes: philosophia racional e moral; rhetórica e poética; arithmetica, geometria, trigonometria; geographia e história, latim, francez e inglez*" (Castelo 1970).

Com a criação do Liceu do Ceará, o estudo de Filosofia ganha um forte impulso, firmando-se como disciplina do secundário cearense, dado que será reforçado em momento posterior com a abertura do Seminário da Prainha anos depois. Importa, pois, para a presente pesquisa compreender o papel desempenhado pelo Liceu do Ceará em termos de ensino filosófico, o qual preparou o terreno, de modo institucionalizado, para a disseminação dos conceitos psicológicos em nível local.

A disciplinarização da Psicologia no Liceu do Ceará

A vinculação entre o Liceu do Ceará e o ensino de Filosofia se comprova para além de sua fundação, conforme demonstram as reformas legislativas ao longo da segunda metade do século XIX. A reforma implementada pela Lei nº 1381, de 23/12/1870 preserva a disciplina de Filosofia Racional e Moral para o 4º ano, e a reforma de 12/10/1874, pela Lei nº 1654, também a mantém. Isso evidencia a continuidade da Filosofia nas reformas do Liceu por todo o período imperial. No entanto, após a Proclamação da República e a Reforma Benjamin Constant em 1890, a Filosofia foi excluída do currículo do ensino secundário por aproximadamente dez anos. Em 1901, a reforma de Epitácio Pessoa (decreto 3.890) reintroduziu a Lógica no 6º ano, mas a disciplina sofreu nova retirada em 1911 (decreto nº 8.659) com a Reforma Rivadávia Corrêa (Vitor, 1945). A Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, sugeriu a reintegração da Lógica e da

História da Filosofia de maneira facultativa, mas a inclusão no currículo dependia dos dirigentes das instituições (Castelo, 1970).

Hugo Vitor (1945), na obra *O Liceu do Ceará em Cem Anos* (1945), confirma as transformações no ensino da Filosofia no Liceu durante a transição do século XIX para o século XX. O autor menciona que a disciplina, anteriormente suprimida, foi restaurada em 1915 sob a nova denominação de Lógica, Psicologia e História da Filosofia. É importante notar que a inclusão da Psicologia não resultou de uma instrução nacional (haja a vista as diretrizes da Reforma Carlos Maximiliano), mas sim do interesse da direção da escola, refletindo a importância percebida da Psicologia na formação dos alunos. Esse dado retoma práticas educacionais do século XIX e indica um novo patamar na institucionalização da disciplina no século XX no Ceará. Este dado pode ser confirmado ao examinarmos os *Anuários Estatísticos do Ceará* de 1917 e de 1919 (Pinto, 1917, 1919), expostos em sequência nas Figuras 2 e 3.

Figura 2.

Disciplinas ofertadas no Liceu do Ceará em 1916

XXIV ENSINO PUBLICO SECUNDARIO LYCEU DO CEARÁ			XXV ENSINO PUBLICO SECUNDARIO LYCEU DO CEARÁ Quadro dos exames effectuados em 1916.						
Quadro do movimento do ensino durante o anno de 1916			DISCIPLINAS	APROVAÇÕES				Reprovados	Faltaram
DISCIPLINAS	Matriculas	Frequencia		Inscrições	Duizete	Dezanove	Suplementar		
Português	112	101	67		9	26	28	4	
Francês	94	85	83		17	37	26	3	
Inglês	26	19	22		1	5	15	1	
Latim	70	58	22		1	5	9	7	
Allemão	7	6	39		8	14	7	10	
Mathematica	116	103	62	1	11	28	20	2	
Geogr., Corogr. e Cosmographia	93	84	48	2	3	21	16	6	
Historia Geral e do Brasil	53	42	17	1	4	10		2	
Phisica e Chimica	50	42	78	2	21	37	11	7	
Historia Natural	41	38	18	1	2	10	4	1	
Desenho	53	48	33		10	9	10	4	
Logica, Psicologia, etc.	16	10	1		1				
Instrucção militar	146	139							
	877	775							

Quadro demonstrativo do movimento da Escola Normal do anno de 1916.					
CAPITAL					
CURSO NORMAL	Matriculas	Aprovações	Eliminações	Reprovações	Diplomadas
Curso Preparatorio	60	22	18	20	
1.º anno	36	30	2	4	
2.º anno	17	11	1	5	
3.º anno	21	18	1	2	18
Curso Anexo					
1.ª classe	30				
2.ª classe	30				
3.ª classe	30				
4.ª classe	30				
5.ª classe	30				
Total	285	81	22	31	18

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará retirado de Pinto (1917).

Figura 3.

Disciplinas ofertadas no Liceu do Ceará em 1918

ANNUARIO ESTATISTICO			ANNUARIO ESTATISTICO			
Ensino Publico Secundario			QUADRO DE MATRICULAS			
LICEU DO CEARÁ			N. II			
Quadro do movimento do ensino durante o anno						
N. 1						
Disciplinas	MATRICULAS	FREQUENCIA				
Português	112	93	Português	70	40	112
Francês	94	77	Francês	54	40	94
Inglês	33	26	Inglês	29	4	33
Latim	68	59	Latim	28	40	68
Allemao	1	1	Allemao	1		1
Mathematica	133	116	Arithmetica	55	14	69
Geog. Corog. e Cosmographia	92	84	Algebra	38	4	42
Historia Geral e do Brasil	50	40	Geomet. e Trigonometria	13	9	22
Fisica e Quimica	49	40	Desenho	15	46	61
Historia Natural	42	35	Historia Universal	30	3	33
Desenho	61	52	Historia do Brasil	21	1	22
Logica, Psicol. e Filosofia	3	3	Geog. Cosmg. e Corog.	58	34	92
Instrucção Militar	159	144	Fisica e Quimica	45	4	49
			Historia Natural	41	1	42
			Logica, Psicologia e Filosofia	2	1	3
			Instrucção Militar	112	47	159

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará retirado de Pinto (1919).

Com assento nessas pistas, lança-se uma hipótese sobre o avanço institucional alcançado pela Psicologia no começo do século XX em relação ao século anterior no Liceu do Ceará. De disciplina auxiliar, há agora um deslocamento para disciplina autônoma, embora ainda dividindo espaço com a Lógica e a Filosofia. Deste modo, à semelhança do processo descrito por Gundlach (2012) na Alemanha, a disciplina de Psicologia, originalmente ensinada, tanto no país germânico quanto no Ceará, enquanto um conteúdo auxiliar nos programas de Filosofia, evoluiu ao ponto de emergir como uma disciplina independente; porém, no caso da instituição cearense, na esfera da educação secundária e apenas no início do século XX.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, foi apresentada uma análise histórica da institucionalização e circulação da disciplina de Psicologia entre Coimbra e o Liceu de Fortaleza, no período de 1772 a 1918, destacando as inter-relações entre Psicologia, Filosofia e Educação para a compreensão desses campos no Ceará. Ressalta-se que a pesquisa abordou ainda aspectos pouco explorados, como as conexões entre as psicologias portuguesa e brasileira e as consequências das reformas pombalinas na formação da Psicologia como disciplina no estado do Ceará.

Reconhece-se, no entanto, que este estudo apresenta algumas limitações que merecem ser destacadas. O recorte temporal adotado (1772-1918), embora pertinente ao objetivo proposto, restringe a análise de desdobramentos posteriores, especialmente os ligados à universidade e à regulamentação

profissional da Psicologia. Ademais, a escassez ou fragmentação de fontes documentais - como programas de curso, registros escolares e material didático - impôs limites à reconstituição detalhada das práticas pedagógicas. Além disso, o enfoque institucional privilegiou figuras e estruturas formais, o que pode ter invisibilizado a atuação de outros agentes sociais, como professoras, diretores e sujeitos atuantes em espaços educativos não oficiais. A análise ainda não incorporou de forma sistemática a questão de gênero nem aprofundou possíveis interfaces entre a circulação de saberes psicológicos e práticas religiosas, médicas ou assistenciais. Por fim, embora tenha dialogado com aportes da História, da Filosofia e da Educação, o estudo reconhece que uma abordagem mais interdisciplinar, envolvendo também campos como a Sociologia ou a Literatura, poderia ampliar a compreensão das dinâmicas socioculturais envolvidas no processo de institucionalização da Psicologia no Ceará.

O ensino de Filosofia no Liceu do Ceará, refletindo as transformações pedagógicas do século XIX, teve um papel importante na institucionalização da Psicologia na região. Entre os frutos desse contexto educacional destacam-se Farias Brito e Clóvis Beviláqua, figuras centrais no pensamento filosófico e jurídico brasileiro, formados como "discípulos" do Liceu. Embora suas contribuições específicas extrapolem o escopo deste estudo, recomendam-se futuras investigações sobre esses expoentes locais.

A partir das reflexões e achados deste trabalho, abrem-se possibilidades para novos estudos que aprofundem e ampliem a compreensão do processo de institucionalização da Psicologia no Brasil. Sugere-se, por exemplo, a realização de investigações comparativas entre diferentes províncias ou estados, a fim de identificar semelhanças e especificidades regionais na circulação dos saberes psicológicos. Também se apontam como promissoras as pesquisas que explorem outras instituições educacionais da região, bem como os efeitos da transição do ensino religioso para o ensino leigo na constituição das disciplinas escolares. A análise de fontes alternativas - como livros didáticos, manuais pedagógicos e imprensa periódica - e o uso de abordagens interdisciplinares, envolvendo a História da Ciência, a Sociologia da Educação e a História das Mulheres, também se colocam como caminhos frutíferos para futuras investigações.

Conclui-se que herança jesuítica, as aulas régias e os esforços para a criação de uma estrutura reguladora da educação na província demonstram o papel central do Liceu na formação de um sistema educacional que possibilitou a circulação institucionalizada da Psicologia em solo cearense, em um período que antecede a instituição do primeiro curso de Psicologia no Brasil na PUC-RJ, nos anos de 1950, e a regulamentação da profissão em 1962. Esse processo demarca uma Psicologia que deve ser entendida em termos de ideias psicológicas disseminadas em disciplinas inseridas em outros cursos (como Filosofia e Educação, por exemplo). Ressalta-se que isso não implica em uma continuidade

absoluta desse passado, das ideias psicológicas disseminadas em disciplinas de Psicologia, para uma Psicologia como um curso autônomo e como ciência e profissão. Ainda assim, indaga-se: quais daqueles conhecimentos que antes eram lecionados, e que agora não são, poderiam ser úteis para a formação e prática atuais? Que elementos presentes naquela época podem ser considerados importantes para os desempenhos da educação fundamental no estado do Ceará? Por ora, espera-se que este findado estudo se some às investigações sobre a institucionalização e circulação da Psicologia no Brasil, em locais e períodos anteriores à sua regulamentação como curso independente.

Referências

- Araújo, S. (2021). O nome e a coisa: Sobre as origens da Psicologia como ciência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(3), 1220-1248. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62739>
- Barbe, E. (1871). *Curso elementar de filosofia* (J. Souza, Trad.). Va J. P. Aillaud Guillard e Cia.
- Batista, R. (2021). Para educar a juventude: institucionalização e circulação de um projeto de Psicologia da Educação entre institutos salesianos de Itália e Brasil (1938-1959) [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais] Repositório UFMG-MG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35609>
- Berger, P., & Luckmann, T. (2014). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes. (Original publicado em 1966).
- Carvalho, R. (1986). *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Calouste Gulbenkian.
- Castanha, A. (2007). *O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no império: descentralização ou centralização?* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos] repositório UFSCAR-SP. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2437>
- Castelo Branco, P., & Cirino, S. (2018). História da psicologia em contexto: Teoria, conceitos e implicações metodológicas. *Revista Sul-Americana de Psicologia*, 5(2), 172–194. <https://ediciones.ucsh.cl/index.php/RSAP/article/view/1805>
- Castelo, P. (1970). *História do ensino no Ceará* (Coleção Instituto do Ceará, Edição 22 de História do Ceará). Departamento de Imprensa Oficial.

-
- Ceará (1862). Lei de 15 de julho de 1844, cria o Liceu do Ceará. In *Compilação das leis provinciais do Ceará: Anos de 1835 a 1861*. Typographia Universal De Laemmert.
- Falcon, F. (1982). *A época pombalina: Política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática.
- Ferreira, S. (1813). *Prelecções philosophicas*. Impressão Régia.
- Férrer, F. (2000). Compêndio histórico do Estado da Universidade de Coimbra – um olhar sobre a prisão. *Revista Educação em Debate*, 21(1), 170-177. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/14457?locale=en>
- Gundlach, H. (2012). A psicologia como ciência e como disciplina: O caso da Alemanha. In S. Araújo (Org.). *História e filosofia da psicologia: Perspectivas contemporâneas* (S. Araújo, Trad., pp. 133–165). UFJF.
- Jacó-Vilela, A., Espírito-Santo, A., Degani-Carneiro, F., Goes, L., & Vasconcellos, M. (2016). Investigando em História da Psicologia: Contribuições metodológicas. *Interacciones*, 2(2), 123–134. <http://ojs.revistainteracciones.com/index.php/ojs/article/view/39/html>
- Junta da Providência Literária. (1772). *Estatutos da Universidade de Coimbra - Livro III*. Coimbra, Portugal: Regia Officina Typográfica.
- Lima, T., & Mito, R. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: A pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10 (esp.), 37–45. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
- Massimi, M. (1993). O ensino de psicologia no século XIX na cidade do Rio de Janeiro. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 4, 64–80. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1993000100007>
- Massimi, M. (2021). Coimbra psychology in Brazilian land. In M. Carvalho & S. Guidi (Org.). *Conimbricenses.org encyclopedia*. <http://www.conimbricenses.org/encyclopedia/coimbra-psychology-in-brazilian-land/>
- Meirelles, J. (2015). *A família real no Brasil: Política e cotidiano (1808-1821)*. Editora UFABC. <https://doi.org/10.7476/9788568576960>
- Nunes, C. (2013). *A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório UFS-SE. <https://ri.ufs.br/jspui/handel/reiufs/4874>
- Pinto, G. (1917). *Anuário estatístico do Ceará*. Tipografia Moderna.
- Pinto, G. (1919). *Anuário estatístico do Ceará*. Tipografia Moderna.

-
- Pombal, M., & Junta de Providência Literária. (2008). *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra*. Campos das Letras. (Originalmente publicado em 1771).
- Sá-Silva, J., Almeida, C., & Guindani, J. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 01-15. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>
- Souza, J. (1871). *Lições de philosophia elementar racional e moral*. Livraria Acadêmica.
- Teixeira, G. (2018). *O filosofar e o ensinar a filosofar no processo de institucionalização do ensino secundário brasileiro (1837-1915)* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo] Repositório PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21211/>
- Vitor, H. (1945). *O Liceu em cem anos*. Tipografia Iracema.
- Wertheimer, M. (1998). Pesquisa histórica - Por quê? In J. Brozek & M. Massimi (Org.). *Historiografia da psicologia moderna* (pp. 21-42). Loyola.

Nota sobre os/as autores/as

Lindemberg André Saldanha de Sousa é psicólogo e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: lsaldanha@ufc.br.

Paulo Coelho Castelo Branco é professor da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. E-mail: pauloccb branco@gmail.com.

Data de submissão: 08.11.2024

Data de aceite: 12.05.2025